COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 6.347, DE 2016

Dispõe sobre a representação de associados, por procurador constituído, nas assembleias de associações ou cooperativas

Autor: Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR

Relator: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei nº 6.347, de 2016, do Sr. Davi Alves Silva Júnior, que *Dispõe sobre a representação de associados, por procurador constituído, nas assembleias de associações ou cooperativas*.

Após despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, vêm à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para que seja analisado os pressupostos de conveniência e oportunidade da matéria.

Aberto prazo, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

Conforme o disposto no art. 32, inciso VI, alíneas “h” e “l”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é de competência deste órgão colegiado analisar assuntos relativos a cooperativismo e outras formas de associativismo na atividade econômica, bem como matérias relativas a direito societário.

O Projeto de Lei pretende alterar os artigos 59, 1.094 e 1.352 da Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro) para que em assembleias das sociedades, cooperativas, associações e condomínios, a representação por procuração seja limitada ao número de dois mandatos por procurador. Especificamente, com relação aos condomínios, a proposição impõe que a representação por procuração deverá ser admitida em convenção. Além disso, prescreve que o voto por procuração não integrará o cômputo do quórum a ser considerado para fins de deliberação.

A proposição em tela tem por finalidade “coibir a manipulação de assembleias por alguns indivíduos, especialmente por aqueles que representam grande número de associados”.

Faz, ainda, referência expressa à manipulação de assembleia por empresas incorporadoras de condomínios e por corretores de imóveis que representam grupos de acionistas, associados, sócios ou condôminos.

Tem-se que a proposição afronta a liberdade individual e o direito de propriedade, com reflexos diretos para a administração do condomínio pelo síndico e, via de consequência, quando for o caso, também para as imobiliárias que atuam como auxiliares na gestão.

O projeto parte de uma premissa geral de que todo procurador que detenha mais de duas procurações age de forma abusiva e arbitrária, ignorando o mandato recebido e agindo em nome próprio.

Cabe pontuar que a procuração é o instrumento jurídico em que uma pessoa outorga poderes para que outra a represente. No caso do condomínio, um condômino (proprietário) pode outorgar poderes para que outrem o represente em assembleia.

O Código Civil de 2002, nos artigos 653 e 654 trata do Mandato, estabelecendo que:

Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

Conforme previsão da legislação acima citada, com exceção dos casos descritos em lei, os direitos da personalidade não podem sofrer limitações em seu exercício.

A liberdade é a síntese de todos os direitos humanos. É intrinsecamente um direito da personalidade. Como direito personalíssimo que é, a liberdade do homem se concretiza no ato de fazer o que pode sua vontade, dentro da licitude, e de cujo gozo não poderá ser privado, pois a liberdade é necessária à pessoa: direito à vida, à honra, à integridade física e à propriedade.

Nesse toar, é discutível a limitação ou proibição da outorga de procurações para representação em assembleia por mandatário que preencha os requisitos da Lei Civil como a solução para as questões que envolvem a assembleia de condomínio. Tal circunstância deve ser definida pelos condôminos, em convenção, sem a interferência do Estado.

Ademais, em condomínio, o quórum das deliberações encontra previsão nos vários artigos do capítulo do Condomínio Edifício. Neste aspecto, o quórum é questão de validade de deliberação que surge da assembleia em condôminos. Assim, não considerar a representação para fins de cômputo do quórum é negar a essência da procuração, qual seja, a representação.

Não se desconhece que, em geral, as assembleias de condomínios contam com pouca participação dos condôminos. Contudo, o não comparecimento e/ou participação por procuração pode se dar pelos mais diversos motivos. Pode haver pouco interesse do condômino em comparecer pessoalmente ou, em muitos casos, existe uma real impossibilidade de comparecimento. O fato é que em todas as situações a vontade do condômino deve ser respeitada.

Com isso, a outorga de procuração é um ato de vontade e de confiança, sendo que eventuais excessos no cumprimento do mandato são questões reguladas pela Lei Civil e que devem ser resolvidas entre outorgante e outorgado.

Ante o exposto opino, no mérito, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 6.347, de 2016.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 2016.

Deputado **LAÉRCIO OLIVEIRA**
Relator